

## DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

O Brasil iniciou um novo ciclo de desenvolvimento a partir de transformações que alteraram positivamente o curso de nossa trajetória recente. A combinação entre crescimento econômico, elevação da renda dos mais pobres e ampliação das oportunidades de emprego, educação e acesso aos demais serviços públicos criou as condições para um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Os indicadores das condições socioeconômicas dos brasileiros confirmam esse panorama e informam dados exuberantes se comparados com trajetórias anteriores, superando a estagnação que marcou o país nas últimas décadas do século passado.

O fortalecimento do Estado é um dos pilares dessa estratégia, e o aprofundamento deste cenário de desenvolvimento com redução das desigualdades, em especial o compromisso de erradicar a extrema pobreza, requer um Estado indutor e promotor das mudanças a partir de políticas públicas construídas por meio do diálogo social e do pacto federativo.

Para tanto, é fundamental qualificar o debate sobre a gestão pública e concebê-la a partir da perspectiva que cria as condições objetivas e institucionais para a execução das políticas públicas, associando o conceito de resultado à abertura de canais que permitam ampliar a escala das entregas do governo. Significa que o trabalho de recuperar a capacidade do Estado para a implementação das políticas, aliado a todo o esforço que foi feito recentemente como no caso do PAC, ainda é um desafio. Particularmente, é preciso fortalecer a relação federativa por meio da criação e valorização de mecanismos de cooperação entre os entes, de forma a ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado.

A dimensão da gestão, portanto, deve dialogar com a elaboração de uma arquitetura institucional capaz de construir e reforçar os canais que possibilitem atender o cidadão, tal como o arranjo desenvolvido no Bolsa Família. Para isso, é fundamental rever os marcos conceituais e legais relacionados à função pública visto que há um esgotamento do atual modelo de ação estatal, fato que gera dificuldades para a ação ágil e com qualidade no atendimento às demandas sociais e do mercado, prejudicando, em especial, os entes e populações mais vulneráveis. Nesses termos, é preciso que tanto a gestão quanto o controle trabalhem a partir do conceito de equidade.

Para tanto, é fundamental a produção e utilização de informações de qualidade com vistas a subsidiar o planejamento e a gestão das políticas públicas de forma a orientar as intervenções capazes de promover a alocação equânime, integrada e eficiente dos

recursos. O investimento na capacidade de produção e tratamento das informações associado às soluções e inovações em gestão, como foi o recente caso do fim das filas da Previdência, são políticas essenciais para maximizar a utilização dos recursos públicos.

Deve-se fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão de irregularidades com o intuito de colaborar na correção de eventuais fragilidades que possam comprometer a implementação das políticas, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.

No mesmo sentido, é fundamental que o Estado disponha de assessoramento jurídico adequado de forma a exercer sua missão com segurança jurídica e respeito ao Estado Democrático de Direito. Diante do atual mosaico de regulamentos que pautam a ação do Estado, é fundamental que a intervenção jurídica consultiva e contenciosa que representa o Estado brasileiro esteja orientada, em especial, pelo princípio da eficiência.

Nenhum Estado realizará sua missão adequadamente sem agentes públicos valorizados. O servidor é o Estado em ação e, por isso, é preciso garantir que o trabalho seja realizado com excelência. Para tanto, é necessário democratizar as relações de trabalho e aperfeiçoar a gestão de pessoas, ações indispensáveis para a valorização do servidor público e a prestação de serviços com qualidade.

Outro requisito para a qualificação da ação pública é o diálogo e a articulação entre o Governo Federal e a sociedade civil. Por isso, é preciso fortalecer os instrumentos de transparência e participação social, valorizar as novas formas de comunicação com a sociedade e ampliar os canais de participação de entidades representativas legítimas no cotidiano do Estado. Ao tornar possível que os diferentes grupos de interesse vocalizem suas demandas no interior do aparato estatal, as instituições participativas permitem, também, tornar o processo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Os desafios do País para os próximos anos não são poucos, e as transformações sociais exigem cada vez mais do Estado a garantia do bem-estar de todos. Para superar esses desafios é indispensável dotar o Estado de mecanismos para a busca contínua da qualidade do gasto, de forma que ele esteja apto a promover e induzir a entrega de bens e serviços à sociedade, consolidando o cenário virtuoso que se anuncia no Brasil do início do século XXI, além de gerar mais e melhores oportunidades a toda população.